



Câmara Municipal de Vereadores

Serafina Corrêa - Rio Grande do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 342/2009

Data: 25/11/09

Ass. Gilmar 11:20

PROJETO DE LEI Nº. 108/2009, de 25 de Novembro de 2009.

Proponente: Vereador Gilmar Facco

Página 1 de 6

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SERAFINA CORRÊA-RS	
APROVADO DATA <u>27/11/2009</u>	
Votação: <u>4-3</u>	
Presidente	Secretário

Institui o Programa Municipal de Incentivo e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal e Animal, Óleos Combustíveis e Óleos Lubrificantes no Município de Serafina Corrêa – RS e dá outras providências.

Art. 1º – Fica instituído, no Município de Serafina Corrêa, o Programa Municipal de Incentivo e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal e Animal, Óleos Combustíveis e Óleos Lubrificantes, com o objetivo de:

I – informar a população quanto aos problemas ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal nas redes de esgotos e drenagem pluvial, e as vantagens dos processos de reciclagem;

II – incentivar a prática da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, doméstico, comercial ou industrial, mediante suporte técnico para cooperativas, associações e pequenas empresas que operem na área de coleta e reciclagem;

III – promover campanhas de educação e conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando a despertar a solidariedade e a união de esforços em prol dos objetivos desta lei;

IV – estudar formas adequadas de descarte de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário, e ainda, de óleos combustíveis e lubrificantes;

V – manter permanente fiscalização sobre indústria e comércio de alimentos, hotéis, restaurantes e similares, para os fins desta lei;

VI – realizar diagnósticos técnicos junto aos consumidores de óleo e demais gorduras de uso culinário, especialmente em escala comercial e industrial.

VII – divulgar todos os projetos e ações voltadas ao cumprimento dos objetivos desta lei, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.

VIII – estabelecer no Município, de forma exclusiva ou em parceria com empresas privadas, autarquias, cooperativas ou associações, Eco-pontos para coleta



Câmara Municipal de Vereadores

Serafina Corrêa - Rio Grande do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS
Protocolo nº. 342/2009
Data: 25/11/09
Ass. Gilmar 11:20

PROJETO DE LEI Nº. 108/2009, de 25 de Novembro de 2009.

Proponente: Vereador Gilmar Facco

Página 2 de 6

de resíduos de óleos e gorduras de origem animal e vegetal, óleos combustíveis e lubrificantes, para sua destinação correta.

Art. 2º - Ficam as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades que gerarem resíduos oriundos da utilização de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal de uso culinário – doméstico, comercial ou industrial – e ainda, de óleos combustíveis e lubrificantes, responsáveis por dar destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, beneficiamento ou disposição final.

§ 1º - Para fins de que trata este artigo, consideram-se como resíduos, as sobras descartadas dos óleos e gorduras de origem vegetal ou animal, utilizados nas frituras e condimentos, de uso culinário industrial, comercial e doméstico, e ainda, os óleos combustíveis e lubrificantes descartados dos postos de abastecimento e oficinas.

§ 2º - Os profissionais que trabalham em feiras, mercados, hotéis, restaurantes e condomínios residenciais também devem possuir procedimentos de coleta nos termos do *caput* deste artigo.

Art. 3º. Os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, que utilizam óleos e gorduras de origem animal ou vegetal, para uso culinário próprio ou produção de produtos a serem comercializados, e ainda, óleos combustíveis e lubrificantes, ficam responsáveis pelo descarte adequado de seus resíduos.

Art. 4º. Os resíduos oriundos da utilização de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, objeto desta Lei, poderão ser acondicionados adequadamente em recipientes com superfície impermeável, devidamente fechada e deverão ser encaminhados para pontos de entrega de materiais recicláveis – eco-pontos -, ou serviços de coleta seletiva e reciclagem.

Parágrafo Único. No caso de não disponibilidade do serviço acima referido os resíduos poderão ser recolhidos pela rede pública de coleta de lixo.

Art. 5º. A destinação final dos resíduos oriundos da utilização de óleos e gorduras de origem vegetal, animal e uso culinário, e ainda, de óleos combustíveis e lubrificantes, deverá ser de forma ambientalmente adequada, em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais, ficando proibido:



Câmara Municipal de Vereadores

Serafina Corrêa - Rio Grande do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 342/2009

Data: 25/11/09

Ass. [assinatura]

11:20

PROJETO DE LEI Nº. 108/2009, de 25 de Novembro de 2009.

Proponente: Vereador Gilmar Facco

Página 3 de 6

I – Lançamento em pias, ralos, ou canalizações que levem ao sistema de esgotos públicos.

II – Lançamento em guias e sarjetas, bocas de lobo, bueiros ou canalizações que levem ao sistema de drenagem de águas pluviais.

III – Lançamento em córregos, rios, nascentes, lagos e lagoas.

IV – Lançamento em locais não licenciados, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

Art. 6º. Outras formas de destinação dos resíduos, descritos no § 1º do artigo 2º desta Lei, poderão ser regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 7º. A desobediência ou a inobservância de qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator, independente de outras sanções previstas em lei, às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito, notificando-se o infrator para sanar a irregularidade, no prazo de 30(trinta) dias, contado da notificação, sob pena de multa;

II – Não sanada a irregularidade, o infrator estará sujeito à multa, independente de outras sanções previstas, estipuladas por Decreto do Poder Executivo.

III – Em caso de reincidência, a multa aplicada de acordo com o inciso anterior, será aplicada em dobro;

IV – Persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será suspenso o alvará de licença e funcionamento concedido à empresa, por até 30 (trinta) dias, devendo após o decurso desse prazo, ser regularmente cassado pelo Poder Público Municipal, com a interdição e lacre do estabelecimento.

Art. 8º. Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – através do setor de fiscalização e da Vigilância Sanitária – a fiscalização e aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

Art. 9º – A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em parceria com escolas da rede pública de ensino, empresas locais e entidades da sociedade civil, estabelecerá pontos de coleta de acesso facilitado a toda a população do Município.

Art. 10º – O Poder Executivo poderá firmar parcerias, preferencialmente com as escolas



Câmara Municipal de Vereadores

Serafina Corrêa - Rio Grande do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 342/2009

Data: 25/11/09

Ass. Gilmar
11:20

PROJETO DE LEI Nº. 108/2009, de 25 de Novembro de 2009.

Proponente: Vereador Gilmar Facco

Página 4 de 6

públicas e cooperativas de materiais recicláveis, com empresas privadas especializadas para o recolhimento, manuseio, tratamento, armazenamento e reaproveitamento dos resíduos.

Art. 11º – Para incentivar a ampla participação da sociedade, o Poder Executivo poderá criar um selo de identificação, denominado “Selo de Responsabilidade Ambiental”.

Parágrafo Único – O Selo de Responsabilidade Ambiental será afixado em todos os locais que aderirem ao programa, podendo ser veiculado em suas peças de publicidade.

Art. 12º – Caberá ao Poder Executivo o prazo de 18 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei, regulamentar:

- I** – Valores e formas de aplicação das penalidades;
- II** – Prazos de recolhimento da multa em função da infração;
- III** – Prazo de adaptação dos estabelecimentos citados no Art. 2 e 3 desta Lei.

Art. 13º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Darcy Sobreira Soccol, em 25 de Novembro de 2009.

GILMAR FACCO

Vereador pela Bancada do DEM



Câmara Municipal de Vereadores

Serafina Corrêa - Rio Grande do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 342/2009

Data: 25/11/09

Ass. Gilmar

11:20

PROJETO DE LEI Nº. 108/2009, de 25 de Novembro de 2009.

Proponente: Vereador Gilmar Facco

Página 5 de 6

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o Município de Serafina Corrêa não dispõe de legislação que trata do incentivo e reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal e animal, óleos combustíveis e óleos lubrificantes no Município de Serafina Corrêa – RS.

Estudos comprovam que cada litro de óleo despejado tem potencial para poluir cerca de 1 (um) milhão de litros de água, equivalendo a que uma pessoa consome ao longo de 14 (quatorze) anos de vida, ou mais.

Quanto aos custos com a manutenção das redes de esgoto, o óleo encarece o tratamento dos resíduos em 45% (quarenta e cinco) por cento, além de causar outros problemas de higiene e mau cheiro.

Os resíduos de óleo contaminam os rios, causando impactos ambientais que afetam a fauna e flora, além de prejudicar a qualidade da água consumida e contribuir para as enchentes e mortandades de animais e plantas aquáticas.

Recentemente, a Prefeitura Municipal se cadastrou no Programa de Reciclagem da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), para implantar um projeto para recolhimento do óleo de cozinha nas escolas do Município, o que demonstra que o Poder Público está preocupado em colaborar com preservação do meio ambiente.

O serafinense é um povo colaborador, e rapidamente entenderá que sua participação é fundamental para que esta Lei traga benefícios ao meio ambiente e a toda a cidade de Serafina Corrêa.

Em alguns municípios, o óleo de fritura tem sido transformado em combustível, em sabão ecológico, na produção de resina para tintas, detergente, glicerina, ração para animais e biodiesel, gerando emprego e renda para vários coletadores, além de reciclar um resíduo que polui e custa muito caro para ser eliminado do meio ambiente.

Pode-se, ainda, ser criadas cooperativas para o recolhimento desse óleo nas empresas e domicílios, a exemplo do papel, papelão, plásticos e alumínio, gerando mais empregos na cidade.



Câmara Municipal de Vereadores

Serafina Corrêa - Rio Grande do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 34212009

Data: 25/11/09

PROJETO DE LEI Nº. 108/2009, de 25 de Novembro de 2009.

Proponente: Vereador Gilmar Facco

Página 6 de 6

Por fim, é dever do Poder Público e da coletividade de defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Portanto, submeto o presente projeto de lei à apreciação desta Casa de Legislativa, pleiteando sua apreciação e aprovação, pois é de interesse público.

Plenário Darcy Sobreira Soccol, em 25 de Novembro de 2009.

GILMAR FACCO

Vereador pela Bancada do DEM